

## CPMI DO INSS

## CGU sabia de fraudes desde 2019

Ministro diz que técnicos investigavam as irregularidades, mas ressalta que não se tinha a “magnitude do problema” e defende a atuação do órgão. Parlamentares convocam Camisotti, apontado como figura central no esquema e preso desde setembro

» ALÍCIA BERNARDES

Parlamentares da CPMI do INSS cobraram explicações do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, para o fato de irregularidades denunciadas desde 2019 só terem resultado em medidas concretas em 2024 e 2025, após operações da Polícia Federal. A sessão com a presença do titular da CGU, ontem, foi marcada, mais uma vez, por tensão entre integrantes do colegiado.

Carvalho afirmou que só tomou ciência direta do problema em março de 2024, quando pedidos da imprensa, via Lei de Acesso à Informação (LAI), levantaram suspeitas sobre os descontos. Apesar disso, admitiu que técnicos da CGU já acompanhavam o tema desde 2019, com ao menos 11 reuniões de grupos de trabalho. “O que não se sabia era a magnitude do problema”, declarou.

Ele também defendeu o secretário de Controle Interno da pasta, Ronald Balbe, acusado por parlamentares de sugerir sigilo em relatórios. Segundo Carvalho, a medida poderia ter relação com imperativos legais de proteção às investigações.

Questionado pelo relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), sobre a demora em comunicar ao Executivo, Carvalho respondeu que não poderia ter alertado o governo. “Era minha obrigação funcional não revelar nada para ninguém”, disse, reforçando que a CGU já tratava do caso internamente.

Gaspar criticou a postura e avaliou que a falta de comunicação atrasou as providências do governo. Relatórios da Controladoria, elaborados em 2023 e 2024, apontaram que cerca de 97% dos descontos associativos não tinham autorização dos beneficiários. Esses documentos embasaram a Operação Sem Desconto, deflagrada pela PF neste ano.

Andressa Anholete/Agência Senado



Carvalho disse que só tomou ciência direta do problema em março de 2024, quando pedidos da imprensa, via LAI, levantaram suspeitas sobre os descontos



**As denúncias começaram em 2016, ampliaram em 2022 e só foram suspensas em 2025. Se os órgãos de controle tivessem agido, milhões de aposentados não teriam sido roubados”**

**Carlos Viana (Podemos-MG), senador**

O presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), também cobrou explicações sobre a demora. “As denúncias começaram em 2016, ampliaram em 2022 e só foram suspensas em 2025. Se os órgãos

de controle tivessem agido no tempo certo, milhões de aposentados não teriam sido roubados”, afirmou.

Já o deputado Rogério Correia (PT-MG) elogiou a atuação da CGU a partir de 2023, mas ressaltou a

### Controle sobre entidades

De acordo com as investigações, o empresário Maurício Camisotti controlava ao menos três entidades que, desde 2021, faturaram mais de R\$ 1 bilhão com a utilização de descontos não autorizados por beneficiários do INSS. A Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (Ambec), que repassou R\$ 30,1 milhões ao grupo empresarial de Camisotti, teve recentemente o seu acordo com o INSS suspenso por decisão judicial.

necessidade de investigar o período anterior. “É preciso entender por que nada foi feito de 2019 até 2023, quando já havia denúncias de roubo de dinheiro contra aposentados”, ressaltou.

### Convocações

A sessão também aprovou requerimentos relevantes, entre eles a convocação de **Maurício Camisotti**, empresário apontado como figura

central no esquema e preso desde setembro pela Polícia Federal. A oitiva deverá ocorrer mesmo dentro da carceragem, mediante autorização do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, os parlamentares aprovaram 88 pedidos de quebra de sigilos bancários e telefônicos de empresários investigados, bem como a convocação de entidades ligadas às suspeitas, como a Contag. Alguns requerimentos, no entanto, foram retirados de pauta após acordo entre a base governista e a presidência da comissão.

O clima de tensão marcou a relação entre os parlamentares. Em meio à votação de requerimentos, Viana repreendeu o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que havia se exaltado durante uma discussão. “No grito, ninguém vai ganhar nada”, avisou, pedindo que o parlamentar não elevasse o tom. A sessão foi suspensa por alguns minutos. Na retomada, Pimenta pediu desculpas públicas.

O depoimento de Vinícius de Carvalho, transmitido ao vivo, foi acompanhado de perto por parlamentares da base e da oposição, que enxergam na atuação da CGU um dos pontos-chave para esclarecer as falhas de fiscalização. Enquanto governo e aliados reforçam que as auditorias motivaram a atuação da Polícia Federal e resultaram na suspensão dos descontos, opositores argumentam que a demora em agir ampliou o prejuízo a milhões de beneficiários do INSS.

Com novos depoimentos e documentos em análise, a CPMI promete aprofundar a investigação sobre os vínculos políticos e empresariais do esquema. Parlamentares já indicaram que, além das associações e empresários envolvidos, a comissão pode avançar para examinar conexões com figuras do meio político, em especial por meio de emendas e encontros revelados durante as apurações.

## JUDICIÁRIO

## PGR é cobrada sobre pedidos para a prisão de Eduardo

O ministro e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, solicitou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre os pedidos de prisão contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), um procedimento que integra a rotina da burocracia judiciária. Com isso, o órgão tem cinco dias para apresentar o posicionamento.

O ofício atende a solicitações de parlamentares da Câmara dos Deputados, como Lindbergh Farias (PT-RJ) e Talíria Petrone (PSol-RJ), que pediram medidas como a suspensão de salários e o bloqueio de verbas indenizatórias de Eduardo.

Segundo os deputados, “a decretação da prisão preventiva de Eduardo Bolsonaro, nos termos do art. 312 do CPP, é necessária para garantir a ordem pública, a

instrução criminal e a aplicação da lei penal, diante da permanência das manifestações golpistas e da intensificação da atuação ilícita em território estrangeiro”.

Em setembro, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro e o blogueiro Paulo Figueiredo foram denunciados pela PGR por coação no curso do processo. A acusação foi apresentada no inquérito que tramita no STF e investiga a atuação do deputado junto ao governo dos Estados Unidos para pressionar autoridades brasileiras, incluindo ministros da Corte.

Além disso, Eduardo Bolsonaro deve se manifestar após ser notificado via edital pelo ministro Alexandre de Moraes. A informação foi publicada no Diário da Justiça desta terça-feira. No ofício, Moraes destacou que o parlamentar tem demonstrado resistência em ser notificado.

Reprodução/YouTube



Eduardo Bolsonaro está nos EUA, onde trabalha para pressionar autoridades, inclusive, ministros do STF

### Contato telefônico

Os advogados Celso Vilardi, Paulo Amador da Cunha Bueno e Daniel Tesser pediram que Moraes autorize o contato telefônico deles

com o ex-presidente.

Os criminalistas moram e têm escritórios em São Paulo. Como Bolsonaro está em prisão domiciliar em Brasília, sem acesso a redes sociais ou ao celular,

a única forma de falar com ele é pessoalmente, o que demanda viagens ao Distrito Federal e, segundo a defesa, “torna moroso e oneroso o contato pessoal”. Eles afirmam que as restrições

de acesso a Bolsonaro causam “limitação” e “prejuízos ao amplo direito de defesa”.

A defesa também pediu a revogação da prisão domiciliar. O ex-presidente está detido em casa em decorrência da investigação sobre a tentativa de obstrução do julgamento da trama golpista, que levou à sua condenação.

Bolsonaro não constou na primeira denúncia oferecida pela PGR no caso. Por isso, os advogados defendem que ele seja colocado em liberdade.

A denúncia, por si só, não encerra o inquérito. A PGR pode continuar investigando o ex-presidente. O inquérito foi desencadeado depois que o deputado Eduardo Bolsonaro passou a articular sanções contra ministros do STF nos Estados Unidos.

O ex-presidente também é investigado porque financiou o filho e porque seria o beneficiário das pressões sobre o STF.

A prisão domiciliar foi decretada porque Bolsonaro descumpriu restrições impostas pelo Supremo.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Dino suspeita ter ocorrido “ação concertada com caráter de incitação”

## PF vai investigar ameaças contra Dino

» ISRAEL MEDEIROS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, ontem, uma investigação da Polícia Federal sobre as ameaças sofridas pelo ministro Flávio Dino em 11 de setembro — quando votou pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes.

“(O ministro) afirma que, logo após proferir seu voto no âmbito da ação penal 2668, passou a ser destinatário de graves ameaças contra sua vida e integridade física veiculadas na internet”, escreveu a corporação em ofício enviado a Moraes.

O ofício tem capturas de tela de comentários feitos em redes sociais. Ao menos 50 ameaças foram registradas contra Dino e também contra o delegado da PF Fábio Shor.

A Polícia Federal sustentou que as ameaças tinham como objetivo “obstaculizar o desempenho independente e imparcial de suas funções enquanto agentes públicos”.

Foi o próprio Dino quem solicitou a abertura da investigação. Em ofício à Polícia Federal, o ministro relatou que “graves ameaças contra a sua vida e integridade física” foram espalhadas na internet depois que ele votou para condenar Bolsonaro.

Ao denunciar as publicações, Dino considerou que parece ter ocorrido uma “ação concertada com caráter de incitação”. Isso porque diferentes postagens faziam alusão aos protestos violentos no Nepal, em que políticos e autoridades foram agredidos.

Os crimes sob investigação da Polícia Federal são ameaça, coação no curso do processo, incitação ao crime, crime contra o Estado e a ordem pública e crimes contra a honra.

O vice-presidente do STF terminou a intimação da Meta (dona do Facebook, Instagram e WhatsApp), TikTok, X (ex-Twitter) e YouTube para prestar

informações de diversos perfis.

Também ordenou o envio dos autos à Polícia Federal para “a adoção de providências cabíveis”. Ao todo, são 40 perfis no Instagram; 20 no X; cinco no TikTok e três no YouTube.

O magistrado determinou, ainda, a inclusão da investigação no inquérito das mídias digitais do qual é relator, e que apura a atuação de grupos criminosos na internet contra instituições e o regime democrático.

“Do exame dos fatos narrados, verifico que, efetivamente, estão abrangidos pelo objeto desta investigação”, escreveu o ministro. (Com Agência Estado)